



PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review

e-ISSN: 2316-932X

DOI: 10.5585/podium.v2i1.41

Organização: Comitê Científico Interinstitucional

Editor Científico: João Manuel Casquinha Malaia dos Santos

Avaliação: Double Blind Review pelo SEER/OJS

Revisão: Gramatical, normativa e de formatação

**A PREPARAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A INCLUSÃO DE
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

**THE PREPARATION OF THE PROFESIONAL OF PHYSICAL EDUCATION FOR THE
INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES**

**PREPARACIÓN DEL PROFESIONAL DE EDUCACIÓN FÍSICA PARA LA INCLUSIÓN
DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD**

Michelle Aline Barreto

Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Coordenadora do curso de Educação Física da Faculdade Presbiteriana Gammon – FAGAMMON

E-mail: michelle.barreto@yahoo.com.br (Brasil)

Tatiane Santos Luciano

Faculdade Presbiteriana Gammon

E-mail: tatiedufisica@pop.com.br (Brasil)

Laura Neves de Paula

Faculdade Presbiteriana Gammon

E-mail: laurinha_saa@hotmail.com (Brasil)

Paula Aparecida Borges

Universidade Federal de Lavras – UFLA

E-mail: pauli-nha-borges@hotmail.com (Brasil)



A PREPARAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

RESUMO

A partir da realidade da inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino buscamos com este estudo avaliar a preparação dos professores de educação física, de escolas públicas e particulares, de duas cidades do sul de Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, que avaliou a preparação do professor por meio de uma entrevista semiestruturada que analisava: como o professor avaliava seus conhecimentos para lidar com alunos deficientes, formação acadêmica e dificuldades encontradas no processo da inclusão. Verificamos que os professores recebem esses alunos em suas aulas, porém não se sentem preparados e por isso muitas vezes não realizam a “verdadeira inclusão”, deixando apenas que o aluno esteja presente em sua aula.

Palavras-chave: Inclusão; Deficiência; Professor; Educação Física.

THE PREPARATION OF THE PROFESIONAL OF PHYSICAL EDUCATION FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES

ABSTRACT

From the reality of inclusion of students with disabilities in mainstream education with this study we sought to evaluate the preparation of physical education teachers in public and private schools, of two cities in the south of Minas Gerais. This is an exploratory research a qualitative character which assessed teacher preparation through a semistructured interview that analyzed: as teacher evaluated their knowledge to deal with students with disabilities, academic and difficulties encountered in the process of inclusion. We found that teachers receive these students in their classes, but feel unprepared and therefore often do not realize the "true inclusion," leaving only the student is present in your classroom.

Keywords: Inclusion; Disabilities; Teacher; Physical Education.



PREPARACIÓN DEL PROFESIONAL DE EDUCACIÓN FÍSICA PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD

RESUMEN

Este estudio trata de evaluar la preparación de los profesores de educación física en las escuelas públicas y privadas, dos ciudades en el sur de Minas Gerais, de la realidad de la inclusión de los estudiantes con discapacidad en la enseñanza general. Se trata de una exploración cualitativa, que evaluó la formación docente a través de una entrevista semiestructurada que analizó: como profesor evalúa sus conocimientos para hacer frente a los estudiantes con discapacidades, académico y dificultades encontradas en el proceso de inclusión. Se encontró que los maestros reciben estos estudiantes en sus clases, pero no se sienten preparados y por lo tanto a menudo no se dan cuenta de la "verdadera integración", dejando sólo el estudiante está presente en el aula.

Palabras-clave: inclusión; discapacidad; profesor; educación física.



1 INTRODUÇÃO

A proposta da inclusão é educar alunos com deficiência em um ambiente educacional regular na medida do possível junto com a criança sem deficiência (Winnick, 2004). No Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular é obrigatória, assim como nas aulas de Educação Física, que fazem parte da grade curricular. Portanto as crianças devem participar ativamente, buscando um desenvolvimento global e o professor de Educação Física deve estar apto para receber esses alunos e suprir suas necessidades.

Contudo, a implementação dessa nova proposta inclusiva feita pelo Governo Federal no ensino regular gera desconforto entre professores de Educação Física, pois, uma realidade que, até então era distante, agora vem com a obrigatoriedade de atualização profissional e cursos preparatórios para o processo de inclusão (Gorgatti et al, 2004).

Segundo a mesma autora (2004), para se obter uma resposta positiva através da inclusão é necessário primeiramente modificar atitudes comportamentais e visões censuradas dos professores, sociedade e até mesmo da família. Talvez por comodismo ou por falta de informação muitos professores privam seus alunos da prática da Educação Física com outros alunos ditos “normais”. Para a efetivação da inclusão escolar não basta apenas uma lei vigorada faz-se necessário à capacitação e atualização profissional, espaço físico adaptado, materiais esportivos especializados e o apoio dos pais. Por conseguinte, o presente estudo teve como objetivo verificar se o professor de Educação Física das escolas públicas e privadas da rede urbana das cidades de Perdões e Santo Antônio do Amparo no sul de Minas Gerais estão preparados para receber alunos com deficiência e suprir suas necessidades.

De acordo com a LDB (1996), os professores de Educação Física devem ter conhecimento necessário para incluir positivamente alunos com deficiência em suas aulas, a partir desta afirmação despertou-nos o interesse de verificar através de uma entrevista semiestruturada respondida pelos professores se a Lei 9.394/96 está sendo vigorada com efetividade e qualidade, no aspecto de preparação do profissional. Winnick (2004) define a Educação Física Adaptada como um programa individualizado de aptidão física e motora, habilidades e padrões motores fundamentais e habilidades de esportes aquáticos e dança, além de jogos e esportes individuais e coletivos: um programa elaborado para suprir as necessidades especiais dos indivíduos.



Segundo Pedrinelli e Varenguer (2005), a Educação Física Adaptada deveria atender um número maior de crianças, adolescentes, adultos e idosos, pois há uma parcela muito maior do que a identificada no Censo Demográfico 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). “Segundo o levantamento o país tem cerca de 45, 6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência”.

A inclusão da "Educação de deficientes", da "Educação dos excepcionais" ou da "Educação Especial" na política educacional brasileira, ocorre somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta no século XX, em tempos bastante tardios (Strapsson & Carniel, 2007). Em 1986 foi realizado o primeiro simpósio Paulista de Educação Física Adaptada (Pedrinelli & Varenguer, 2005). A maior conquista está na Constituição Federal de 1988 e nas Constituições Estaduais a partir dela. Nesta Constituição através do Capítulo V: da Educação Especial, nos Artigos 58, 59 e 60 com seus Parágrafos e Inciso determinam os direitos garantidos as pessoas com deficiências (LDB, 1996).

E ainda no ano de 1988, foi criado o primeiro curso de especialização em Educação Física Adaptada, em Uberlândia, Minas Gerais. Em 1989 houve a primeira participação Brasileira em um simpósio internacional. A Universidade Paulista e a Universidade Estadual de Campinas foram pioneiras na formação de mestres e doutores na área, e, hoje, dividem o mérito da produção de conhecimento com tantas outras instituições de ensino superior e laboratórios de pesquisa instalados em várias capitais e cidades Brasileiras (Pedrinelli & Varenguer, 2005).

2 INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

O termo inclusão designa a educação de alunos com deficiência num ambiente educacional regular, exigindo que a criança com deficiência seja educada, na medida do possível, junto com a criança que não possui deficiência (Winnick, 2004). Segundo Pedrinelli (2002), participar de um processo inclusivo é estar predisposto a considerar e a respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre cada um dos outros em uma situação de diversidade de idéias, sentimentos e ações.



A escola quando considera seus alunos, como seres sociais e construtivos, reconhece as diferenças entre os mesmos, considera seus valores e experiências, valoriza a relação entre eles, caracterizada pelo respeito mútuo, pelo afeto e pela confiança, promovendo a autonomia, o espírito crítico, criatividade, responsabilidade e cooperação, então o processo de inclusão se estabelecerá de forma natural (Friedman, 2001). Para Oliveira (2005) a educação especial e as consequentes discussões sobre a forma de educar crianças com deficiência demonstram novas tendências educativas que convergem para a inclusão. Esta teve seu início nos anos 80 e consolidada nos anos 90, baseia-se no modelo social da deficiência, em que a sociedade deve preparar-se e modificar-se para receber essas pessoas e atender suas necessidades, comuns e especiais.

Consideradas essas questões, a educação inclusiva implica na implementação de políticas públicas, na compreensão da inclusão como processo que não se restringe a relação professor-aluno, mas que seja concebido como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, que envolve toda a comunidade escolar, a inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação social que produza uma aproximação dos seus diversos protagonistas, convocando-os à construção cotidiana de uma sociedade que ofereça oportunidades variadas a todos os seus cidadãos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças (Monte, Siqueira & Miranda, 2001).

No entanto não existe um modelo de atuação para a inclusão, mas há a possibilidade de trocas de experiências entre os profissionais das diferentes áreas, a escola deve estar disposta a receber e principalmente desenvolver este novo sistema de inclusão, pois não basta somente à escola aceitar, se o professor, a comunidade escolar e os familiares ainda não estiverem preparados para a sua realização. A Educação Física pode contribuir muito com o processo de inclusão de crianças com deficiência, pois seus conteúdos e seus objetivos próprios contribuem para o melhor desenvolvimento da criança nos aspectos motor, cognitivo, afetivos e sociais (Oliveira, 2005).

3 A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO

A intervenção dos profissionais de Educação Física atinge um vasto espectro de conhecimentos, com o intuito de orientar as pessoas a praticar atividades físicas como ginástica, dança, jogo e esporte (Pedrinelli & Verenguer, 2005). A melhoria do ensino e o confronto das



diferentes situações que pressupõe a difícil tarefa de educar se fazem através da formação e atualização dos profissionais de Educação Física (Monte, Siqueira & Miranda, 2001).

Ainda de acordo com este órgão, a formação do professor de Educação Física deve ser um processo no qual não ocorra interrupção, realizado a partir de um trabalho transdisciplinar com uma equipe continua de apoio. Trata-se de desprender um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais crianças e adolescentes não conseguem encontrar um “espaço” na escola. A criança com deficiência precisa da atenção e responsabilidade do professor, para suprir as necessidades no que diz respeito à Educação Física e esportes adaptados. Cada professor deve estar preparado para contribuir com o desenvolvimento de todos os alunos com deficiência. Exige-se que o professor tenha um conhecimento adequado da profissão, habilidades, valores e uma postura de cumplicidade e ajuda. O bom professor desenvolve em seus alunos auto-estima positiva e tem uma postura de aceitação, empatia, amizade e afeto, garantindo um ambiente seguro e controlado, adota também abordagens de elogio e incentivo, criando um ambiente agradável onde todos os alunos são bem aceitos. (Winnick, 2004).

Segundo o mesmo autor, as leis exercem enorme influência sobre os programas educacionais para pessoas com de deficiência. A partir 1969, universidades e faculdades de vários estados brasileiros recebem fundos federais para a formação e atualização dos profissionais, pesquisa e projetos de aperfeiçoamento dos programas para portadores de deficiência.

A preocupação com a formação acadêmica e profissional para intervir na Educação Física Adaptada no Brasil teve início em meados de 1980. Com base em estudos e análises sobre os relatórios do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, em 1981, do Projeto Integrado SEED/ Cenesp 1984/1985 e do Encontro de Planejamento do CENESP/UF, em 1985, constatou - se que o número de profissionais de Educação Física que atuava na área de Educação Especial era muito reduzido, este fato corria por falta de cursos de atualização e falta de qualificação específica na graduação (Pedrinelli & Verenguer, 2005).

Ainda para os autores, com esse resultado formaram-se alguns cursos de capacitação profissional para dar início à difusão de conhecimentos e promover a inserção da disciplina Educação Física Adaptada no Ensino Superior. A partir da Resolução n. 03/87. Do Conselho Federal de Educação, observamos no início da década de 1990 a inserção da disciplina Educação Física Adaptada (ou Educação Física Especial, ou Educação Física Diferenciada) nos cursos de



graduação de Educação Física. Somente quinze anos depois, algumas instituições de ensino superior desenvolvem disciplinas somando até 400 horas-aula.

“Uma atitude profissional que assume princípios baseados nas diferenças individuais é essencial” (Sherrill, 1990 como citado em Pedrinelli & Verenguer, 2005, p.18). A construção de uma atitude voltada para as capacidades dos alunos e não para sua deficiência é um grande desafio que deve ser superado pelos professores. Essa formação na área de Educação Física evoluiu muito nos últimos anos (Pedrinelli & Verenguer, 2005, p.18).

A inclusão levará ao aperfeiçoamento da capacitação profissional dos professores, constituindo uma ferramenta para que a escola se modernize em prol de uma sociedade sem preconceitos e discriminações. No entanto, não se pode esquecer da qualidade. Para que a inclusão seja feita com êxito, é preciso coesão e disposição de todos os envolvidos no processo, inclusive dos próprios alunos. Essa deve ser a premissa maior do processo (Gorgatti et al, 2004).

A LDB (1996) define “que todos os professores de classes regulares ou especiais devem receber especialização adequada para lidar com todos os alunos, visando sempre que possível à integração em salas comuns”. Cursos que abordam a questão da deficiência e da integração são oferecidos para professores da rede regular de ensino. Escolas públicas e particulares vêm manifestando a intenção de inserir programas inclusivos. Entretanto, em algumas circunstâncias é preciso verificar a viabilidade total dessas mudanças, visando o maior benefício possível para os alunos especiais (GORGATTI, 2004).

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa de caráter qualitativo tem como foco a essência do fenômeno, na qual objetivos são a descrição, a compreensão e o significado. O pesquisador observa e coleta dados no campo, isto é, no ambiente natural, não manipulando as variáveis (TOMAS E NELSON, 2002). A coleta de dados foi feita por meio de uma entrevista semiestruturada por se tratar de questões muito inerentes ao tema estudado. Antes de responderem à entrevista os colaboradores assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido para utilização das informações obtidas para fins acadêmicos.



Os sujeitos da pesquisa foram 20 professores, que constituem o universo total de profissionais formados em Educação Física, no período de 1985 a 2006, de três diferentes faculdades: Faculdade Presbiteriana Gammon, Universidade Gama Filho, Universidade Federal de Viçosa, de ambos os gêneros, atuantes na rede pública e privada, da educação infantil ao ensino médio, de duas cidades de pequeno porte de Minas Gerais, Santo Antônio do Amparo e Perdões.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos no estudo foram apresentados de forma descritiva, e trechos das falas dos sujeitos foram transcritas e utilizadas com o intuito de sustentar os dados numéricos encontrados. Os assuntos foram categorizados para facilitar as abordagens.

5.1 CATEGORIA 1: BASES CURRICULARES E EXTRAS CURRICULARES EM EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

De acordo com Gorgatti et al (2004), a legislação atual define que todos os professores de classes regulares ou especiais devem receber especialização adequada para lidar com todos os alunos, visando sempre que possível à integração em salas comuns. Ao questionar sobre o cumprimento da disciplina Educação Física Adaptada na graduação e cursos extras curriculares, obtivemos os dados descritos abaixo:

Tabela 1 - Sobre as bases curriculares

BASES CURRICULARES	
SIM	NÃO
13	07

Tabela 2 - Cursos extra-curriculares

ATIVIDADES EXTRA CURRICULARES	
SIM	NÃO
08	12

Os números apresentados nas tabelas acima são ilustrados pelas falas dos sujeitos a seguir:



Sujeito 2: “Não tive na minha graduação nenhuma informação sobre deficientes”

Sujeito 6: “Não fiz curso, a disciplina da faculdade me da bastante respaldo”.

Sujeito 11: “Fiz e estou sempre fazendo cursos”

Para Cruz e Ferreira (2005), parte dos professores atuantes em nossas escolas formados até o final dos anos 80 não tiveram, durante sua formação acadêmica acesso à disciplina. Professores que atuam no ensino regular de ensino estão sendo convidados a freqüentar cursos que abordam a questão da deficiência e da inclusão. Escolas públicas e particulares vêm manifestando a intenção real de implementar programas inclusivos (GORGATTI et al, 2004). Os cursos que capacitam e atualizam professores para o processo de inclusão, na maioria das vezes é oneroso, não permitindo assim que a maioria os faça. Por outro lado Faculdades e Universidades têm em sua grade curricular a disciplina Educação Física Adaptada, mas em sua grande maioria a matéria é aplicada apenas no último período, sem nunca mencionar a inclusão de deficientes nas outras matérias.

5.2 CATEGORIA 2: PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades. Os professores devem ser capacitados para o trabalho visando à efetiva integração do aluno à sociedade (LDB, 1996).

A tabela a seguir descreve as principais dificuldades encontradas para incluir o aluno com deficiência na aula de Educação Física, elas serão tratadas como indicativos e são sustentados pelas falas dos entrevistados:



Tabela 3 - Dificuldades para efetivação da inclusão

PRINCIPAIS DIFICULDADES NA INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ENSINO REGULAR
Indicativo A: Falta de informação e cursos gratuitos oferecidos para a capacitação dos professores
Indicativo B: Fazer com que o deficiente se sinta integrado nas aulas de Educação Física
Indicativo C: Espaço físico adaptado e materiais esportivos adequados
Indicativo D: Pais que restringem a participação do deficiente, por acharem que não são capazes de realizar as atividades físicas.

Em relação ao indicativo A, temos a fala do sujeito que ilustra a dificuldade dos profissionais para atuar com o aluno com deficiência por falta de preparo. E embora haja algumas ações dos governos, muitas vezes estas, não atingem todos os profissionais.

Sujeito 13: “Todos se preocupam com a inclusão, e esquecem de investir no professor, de capacitá-lo e atendê-lo conforme as necessidades que a própria inclusão nos exige ter”.

O indicativo B, vai de encontro ao citado anterior, fazer com que o aluno se sinta incluído nas aulas, depende de preparo do profissional, e não só de sensibilidade. Segundo Rich (2004) os professores que conseguem utilizar várias abordagens e métodos de ensino, combinando-os com as necessidades de aprendizagem dos alunos, conseguem formar melhor o ambiente de aprendizagem, de modo a garantir a satisfação e a integração do mesmo. A maleabilidade permite que os professores ensinem o mesmo conteúdo de maneiras diferentes, possibilitando que o ensino se adapte plenamente às necessidades individuais.

Porém é necessário e fundamental, capacitar os profissionais para tais ações, é preciso subsidiá-lo com conhecimento, material didático e condições de trabalho adequados. O indicativo C, trata dos subsídios necessários, uma escola que seja acessível em todas as esferas, arquitetônica, atitudinal e comportamental.



Sujeito 5: “Falta de espaço físico e material apropriado, falta de um monitor”.

Segundo Oliveira (2005) ainda são raras as experiências onde se desenvolvem os recursos docentes, técnicos e procedimentos pedagógico-didáticos para adequar as instituições escolares às condições de inclusão.

Mas evoluções acontecem no sentido de que as barreiras arquitetônicas estão sendo minimizadas em obras antigas, e obras novas, seguem padrões de acessibilidade. Recursos didáticos são pesquisados e implementados, nas redes de ensino. A legislação é favorável às questões de acessibilidade, além de alguns programas do governo que tentam atender as demandas aparentes nas escolas.

E finalmente, o indicativo D, aponta para questões sócio-culturais, que são transformadas a longo prazo. Além de algumas pessoas e familiares não acreditarem nas capacidades da pessoa com deficiência, a superproteção parece ser outro impedimento para prática de atividade física, talvez por medo de acidentes ou de exposição dos filhos.

Sujeito 15: “A maior dificuldade vem por parte dos pais que às vezes restringem a participação das aulas, por achar que os filhos com tal deficiência não são capazes de participar das aulas de Educação Física”.

Por isso, a família do aluno deficiente é apontada como um obstáculo no processo de inclusão, quando está não reconhece as capacidades desses alunos e por conseqüência restringem a participação do mesmo (SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2001).

O que nos parece é que os professores entrevistados, vêem a proposta inclusiva como um sucesso, mas na prática a realidade é bastante diferente. As escolas estão muito aquém de estrutura física adequada, materiais esportivos adaptados, e os professores necessitam de formação e atualização profissional, ideais para incluir um aluno com deficiência.

5.3 CATEGORIA 3: O PROFESSOR SE SENTE PREPARADO PARA RECEBER E ATENDER ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SUAS AULAS.

De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, o professor de Educação Física deve estar apto a receber e atender as necessidades desses alunos em um ambiente regular. Exige-se que o professor tenha um conhecimento adequado da profissão, habilidades, valores e uma postura de cumplicidade e ajuda.



Ao questionar se o professor se sente preparado para incluir positivamente alunos com deficiência em turmas regulares, obtivemos os dados abaixo descritos:

Tabela 4 - preparação do profissional.

PREPARAÇÃO PROFISSIONAL	
SIM	NÃO
05	15

Sujeito 9: “Não, porque ainda não tenho braile e LIBRAS, então não estou em condições suficientes para receber estes alunos”.

Sujeitos 16: “Não, tenho uma experiência muito precária para receber estes alunos”.

Sujeito 19: “Tem deficiências que são mais leves e menos difícil de incluí-los nas aulas, mas no geral, envolvendo todo tipo de deficiência acho que não estou preparado”.

Sujeito 11: “Me sinto sim preparada, para atender deficientes nas minhas aulas”.

Talvez esta seja a questão nos cause maior preocupação, pois a grande maioria dos profissionais do estudo, não se sente capaz de atuar de forma eficaz com as pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física.

E o que nos preocupa é, como os alunos estão sendo atendidos nesse processo de inclusão.

Segundo Rich (2004), o professor de Educação Física deve compreender o processo de aprendizagem, adaptá-lo para suprir as necessidades individuais e promover o envolvimento ativo do aprendiz nesse processo, garantindo o sucesso.

Contudo, o que vimos é que todo o processo, da preparação do profissional às condições de ensino, não estão sendo construídos adequadamente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise geral dos dados da pesquisa revela que a grande maioria dos professores questionados, apesar da obrigatoriedade de incluir pessoas com deficiência em aulas regulares, não se sentem preparados para atender positivamente esses alunos especiais. A maioria dos professores



não fez cursos de preparação e atualização e todos os professores relataram que enfrentam dificuldades na tentativa de integrar tais alunos.

De forma muito marcante também se nota que as escolas ainda são carentes de estrutura física adequada, materiais esportivos adaptados e formação e atualização profissional, ideal para atender essa população, o que muitas vezes impede que os professores possam trabalhar de maneira eficaz.

Embora possa se tratar de uma situação regional, os resultados obtidos servem de alerta para a comunidade escolar, para que possa se pensar sobre a real situação da inclusão nas aulas de Educação Física.

REFERÊNCIAS

- Cruz, G.C; Ferreira, J.R. (2005). Processo de formação continuada de professores de Educação Física em contexto educacional inclusivo. *Revista Brasileira Educação Física Especial*, 19 (2), 163-80.
- Friedman, A. (1996). *Brincar: crescer e aprender - o resgate do jogo infantil*. São Paulo, Moderna.
- Gorgatti, M.G. (2005). Educação Física Adaptada. In: M.G. Gorgatti & R.F. Costa. *Atividade Física Adaptada* (Eds). São Paulo: Manole.
- Gorgatti, M.G., Pentead, S.H.N.W, Pinge, M. & De Rose Jr, D. (2004). Atitudes dos professores de Educação Física do ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência. *Revista brasileira de Ciência e Movimento*, 12 (2), 63-68 .
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2010). *Censo Demográfico 2010*. Brasília.
- Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF.



Monte, F.R.F, Siqueira, I. & Miranda, J.R (Orgs). (2001). Direito à educação – necessidades educacionais especiais: subsídios para atuação do ministério público brasileiro. Brasília: MEC/SEESP.

Oliveira, F. F. (2012). Dialogando Sobre Educação, Educação Física e Inclusão Escolar. EFDeportes – Revista Digital, 8 (51) Recuperado em 29 Maio, 2012, de <http://www.efdeportes.com/efd51/educa1.htm>.

Pedrinelli, V. J. (2002). Possibilidades na diferença: o processo de inclusão, de todos nós. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial Revista Integração, 14.

Pedrinelli, V. J. & Verenger, R.C.G. (2005). Educação Física Adaptada: Introdução ao Universo das Possibilidades In: M.G. Gorgatti & R.F. Costa. Atividade Física Adaptada. São Paulo: Manole.

Rich, S.M. (2004). Estratégias de Instrução na Educação Física Adaptada. In: Winnick, J. P. Educação Física e Esportes Adaptados. Barueri: Manole.

Strapasson, M.A.M & Carniel, F. (2007). A Educação Física na Educação Especial. EFDeportes – Revista Digital, 11 (104), Recuperado 22 Junho, 2012, de <http://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm>.

Tomas, J.R; Nelson, J.K. (2002). Métodos de pesquisa em atividade física. Porto Alegre: Ed. Artmed.

Winnick, J. (2004). Educação Física e Esportes Adaptados. Barueri: Manole.



Data do recebimento do artigo: 12/03/2013

Data do aceite de publicação: 30/04/2013